



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
GABINETE DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO



PROJETO DE LEI Nº 90 /2017

AUTORA: DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO

1. À impressão.
2. Às Comissões Técnicas
3. Inclua-se em Pauta durante  
três (03) dias  
Em 31/5/2017

Deputado Belarmino Lins  
2º Vice-Presidente

“Estabelece normas de segurança e de manutenção em equipamentos de lazer dos estabelecimentos que especifica e dá outras providências.”

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece normas de segurança e de manutenção em equipamentos de lazer dos parques de diversões permanentes e temporários, parques e clubes aquáticos, edificações e casas de recreação infantil, localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, dos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental, no âmbito do Estado do Amazonas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações.

§ 1º. Os equipamentos de lazer devem ser instalados em locais que proporcionem o mínimo de higiene e limpeza.

§ 2º. Os estabelecimentos de que trata o caput devem providenciar manutenção preventiva periódica e vistoria semestral em seus equipamentos de diversões, por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

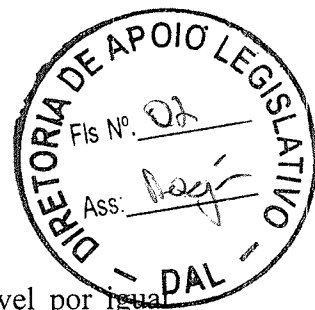
§ 3º. Como resultado da vistoria deve ser emitido um laudo técnico acerca das condições de operacionalidade e de qualidade técnica de montagem e instalação dos equipamentos, que deve ficar disponível nas dependências dos estabelecimentos e áreas de que trata o caput, para fins de fiscalização dos serviços executados.

**Art. 2º.** Os equipamentos de lazer e os parques de diversões devem ser construídos e mantidos em conformidade com as legislações pertinentes, bem como as determinações das Normas Brasileiras para Parques de Diversão da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Associação Brasileira de Parques de Diversões do Brasil – ADIBRA.

**Art. 3º.** Em caso de descumprimento da presente Lei, por estabelecimentos privados, devem ser aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**GABINETE DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**



I – notificação para adequações, concedendo o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período;

II - multa fixada entre 100 e 5.000 UFIR/AM (Unidade Fiscal de Referência), por brinquedo ou equipamento irregular, a ser aplicada ao responsável pelo estabelecimento.

§ 1º. Na fixação do valor da multa, deve ser considerado:

I – o grau de perigo a que os usuários foram expostos;

II – a capacidade econômica do infrator;

III – a extensão do dano.

§ 2º. No caso de reincidência a multa deve ser aplicada em dobro.

§ 3º. Os recursos financeiros provenientes da arrecadação com as multas aplicadas serão destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FUNDECON), criado pela Lei n. 2.228, de 29 de junho de 1994.

§ 4º. O valor da multa constante deste artigo será corrigido, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-e ou por outro índice que o substitua.

**Art. 4º.** Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta Lei obrigam-se a afixar ao lado de cada equipamento instalado ou grupo de equipamentos, placa ou equivalente, indicando, no mínimo, as seguintes informações, grafadas de forma visível ao público:

I – restrições de idade, tamanho e peso;

II – restrições médicas ou de saúde;

III – orientações específicas sobre o uso;

IV – procedimentos de segurança na utilização do equipamento;

V – eventuais riscos inerentes a sua utilização;

VI – conforme laudo técnico circunstanciado e respectivo A.R.T., este equipamento foi vistoriado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, encontrando-se em perfeitas condições de segurança para uso até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Engenheiro Responsável – CREA/AM nº \_\_\_\_.

**Art.5º.** O Poder Público através de seus órgãos competentes realizará a devida fiscalização, bem como a aplicação das penalidades previstas.

**Art.6º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

**Art. 7º.** Eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**GABINETE DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**



**Art. 8º.** Fica revogada a Lei Promulgada nº 327, de 30 de 03 de 2016.

**Art. 9º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus/AM,  
25 de Maio de 2017.

**ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**

DEPUTADA ESTADUAL

PMDB



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**GABINETE DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**



**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei estabelece normas de segurança e manutenção em equipamentos de lazer dos parques de diversões permanentes e temporários, parques e clubes aquáticos, edificações e casas de recreação infantil, localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, dos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental, no âmbito do Estado do Amazonas.

Inicialmente, cumpre destacar que a Lei Promulgada nº 327/2016 foi oriunda de um projeto de minha autoria. Contudo, entendendo necessárias algumas alterações a fim de ampliar a sua aplicação aos estabelecimentos privados que tenham equipamentos de lazer, bem como fazer correções pontuais de técnica legislativa, coloco o presente projeto de lei à apreciação de Vossas Excelências, revogando a Lei mencionada, requerendo desde já, o indispensável apoio a sua aprovação.

Por meio do novo texto apresentado, as normas de segurança estabelecidas extrapolam o ambiente escolar e logradouros públicos e balizam o funcionamento de todos os parques infantis localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas.

A falta de manutenção preventiva ou de fiscalização periódica nos equipamentos de lazer é a grande responsável pela ocorrência de acidentes, em alguns casos fatais, que atingem principalmente crianças e adolescentes.

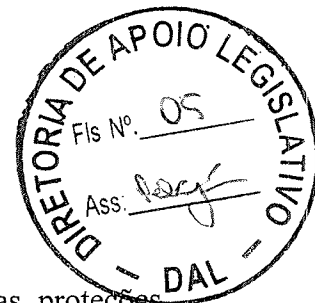
É fato que não existe outra forma de assegurar condições adequadas de uso, com o afastamento de fatores de risco que possam comprometer a integridade física dos usuários e funcionários, a não ser a fiscalização e a vistoria periódica desses equipamentos, dado ao desgaste decorrente do uso contínuo e das intempéries climáticas a que estão sujeitos, especialmente aqueles instalados em ambiente aberto.

Estes locais são naturalmente considerados como áreas de risco. Porém, existem estabelecimentos que potencializam o risco de acidentes com improvisações diversas.

É possível observar, por exemplo, o nivelamento de brinquedos utilizando pedaços de madeiras e/ou pedras amontoadas, componentes que sofrem cargas de tração e/ou compressão fixados por meio amarração de arames, máquinas de solda ligadas sem tomadas próprias, soldagem realizada em estrutura metálica sem a posterior proteção anti-corrosiva, luminárias sem proteção, cercas e grades de proteção com vãos inferior dando passagem às crianças, ausência de



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**GABINETE DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**



proteção às correias dos equipamentos, serviços de eletricidade realizados sem as proteções necessárias etc.

No nosso Estado podemos observar a existência de muitos parques temporários, especialmente nos festivais folclóricos, nos tradicionais arraiais e em logradouros públicos de bairros com grande concentração de público, como Ponta Negra, Dom Pedro e Cidade Nova.

Esses parques itinerantes tem como característica a montagem e desmontagem contínua, o que pode representar um risco grande aos usuários. Razão porque se mostra imperioso incluí-los no texto da Lei, a fim de observem as normas de segurança e de manutenção, bem como estejam sujeitos às sanções por descumprimento.

A situação exige mais atenção do poder público. É preciso garantir que não haverá negligência no que diz respeito à segurança dos usuários quando do uso desses equipamentos.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus/AM,  
30 de Maio de 2017.

**ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA**

DEPUTADA ESTADUAL

PMDB

C.J.B